

modo como protocolos que pretendem *racionalizar* a acção médica são integrados nas práticas, confusas, não-lineares e distribuídas, de diagnóstico e tratamento estão intimamente ligadas ao seu trabalho de construção de protocolos alternativos. Estes autores assumem plenamente o carácter político dos seus trabalhos. Situam-se, assim, numa posição de igualdade em relação àqueles que estudam. Tal posicionamento foge ao que as metodologias tradicionais nos ensinaram. Neste sentido, estes textos não podem ser lidos como instâncias de representação; devem, isso sim, ser lidos como *performances*.

No seu todo, esta colectânea dá-nos uma imagem muito diferente do que é fazer sociologia da medicina e, porventura, do que é fazer sociologia. Fortemente informada pela atenção dada pelos seus estudos da ciência e tecnologia à «micropolítica» da produção de representações, estes autores sugerem que fazer sociologia e fazer política não são coisas diferentes. A disponibilidade destes autores para se envolverem com os objectos que estudam permite-lhes estar atentos às transformações induzidas nos seus valores e interesses pela sua participação nesses contextos específicos. Essas transformações são, aliás, consideradas parte do trabalho de campo e não representam um qualquer desvio às intenções motivadoras desse trabalho. Interessados na complexidade política do que estudam, as modulações das suas próprias crenças no processo de investigação constituem material significativo dos pontos de vista sociológico, social e pessoal. Com a sua narrativa sobre a existência de dois modos de construção do mesmo programa de despiste do cancro do colo do útero, V. Singleton procura também compreender a sua própria experiência de participar como doente nesse programa («Stabilizing Instabilities: The Role of the Laboratory in the United Kingdom Cervical Screening Programme»: 86-104). Mais do que uma recusa retórica da distanciação,

estes textos funcionam como uma ilustração da riqueza sociológica que as relações de implicação com o objecto podem fazer surgir.

Um dos aspectos mais determinantes para que essa riqueza seja evidente na leitura é o facto de todos estes textos nos contemplarem com os detalhes das interacções em contextos médicos: conversas, gestos, pequenos ajustamentos, sorrisos. São esses pequenos detalhes que uma recensão como esta não pode restituir. São eles que constituem a «paixão» deste livro e a que os autores dedicam a maior parte da sua atenção. Eles descrevem-nos «mil pequenas medicinas» em vez de uma Medicina universal e redutora, e realizam, na sociologia médica, os sonhos multiplicadores que Deleuze e Guattari formularam em relação às teorias da sexualidade (Deleuze, G., Guattari, F., *Mille Plateaux*, Paris, Minuit, 1973). Talvez por isso, a leitura desta colectânea raramente se torne difícil ou pesada. Há sempre qualquer coisa nova, diferente, ao virar da página. Talvez por isso esta recensão só possa ser um elogio. ■

Tiago Moreira

233

---

Paul Teague, *Economic Citizenship in the European Union: Employment Relations in the New Europe*, London/New York, Routledge, 1999, xi+228pp.

---

Surgindo na sequência de trabalhos anteriores de Paul Teague sobre as relações laborais no contexto da integração europeia, *Economic Citizenship in the European Union* sustenta que o modelo europeu tradicional de cidadania económica se encontra numa grande tensão, carecendo, como tal, de ser reformado nalguns aspectos importantes. A forma como se aborda

esta constatação passa pela tentativa de articular «cidadania económica» e «relações de emprego». Como ponto de partida, sugere-se que as relações laborais são uma importante dimensão da cidadania económica, definindo-se esta pela estreita ligação ao Estado-nação, pois as regras, obrigações, direitos e privilégios subjacentes às relações laborais assentam numa identidade nacional (p. 12).

A obra está estruturada em três partes.

Na primeira parte, procede-se a um levantamento das tensões emergentes entre as instituições de relações laborais e as *performances* do mercado de trabalho. Dos três capítulos que a compõem, conviria destacar os dois primeiros. O primeiro capítulo, por fornecer uma visão de conjunto da obra e por transmitir aos leitores o propósito firme de realçar desenvolvimentos comuns a todos os sistemas nacionais de relações de emprego: a necessidade de adaptação a um novo modelo de cidadania económica distinto do do pós-guerra; o facto de os governos nacionais estarem a reformar as instituições do mercado de trabalho na ausência de uma visão clara de uma Europa Social renovada; ou ainda, o facto de ser cada vez menos convincente falar na reforma dos sistemas nacionais de relações laborais sem acentuar a importância da integração europeia (pp. 7-8). Sobressai neste capítulo a referência às pressões que se abatem sobre as principais esferas que constituem os sistemas de relações laborais na Europa – *regulação* (jurídica), *voz* (de opinião ou expressão) e *cognição* (educação ou formação) – e que, portanto, se exercem sobre o modelo de cidadania económica na Europa.

O segundo capítulo confirma a descrença de Teague no papel da flexibilidade e da coordenação enquanto instituições do mercado de trabalho. Reflectindo o estado de espírito do autor, este capítulo procura identificar tendências dominantes nas relações laborais, parecendo reforçar frequentemente a ideia de que tais tendências

assentam na fractura de algo. A indefinição como tendência é exemplificada pela adopção da expressão «modelo social vagamente definido» (p. 58). Como diz, «as relações laborais europeias são apanhadas algures entre a coordenação e a flexibilidade: criou-se um hiato entre o sistema de governo dos mercados de trabalho em muitos países europeus e os desenvolvimentos económicos, sociais e comerciais de base» (p. 58).

A segunda parte de *Economic Citizenship in the European Union* debate criticamente os projectos alternativos que se foram constituindo na Europa como forma de revitalizar a cidadania económica. No quarto capítulo, é analisada a viabilidade de uma «Europa das Regiões» como possível nova ordem institucional para as relações laborais europeias. Mas Teague selecciona ao longo do capítulo as razões pelas quais os sistemas de mercados de trabalho regionais não são nem factíveis nem desejáveis, analisando os efeitos perversos associados às influências políticas, monetárias e produtivas que encorajam um projecto regionalista (pp. 88 e ss.). A convicção de que uma mudança para o nível regional poderia pôr em causa importantes dimensões de protecção social alcançadas no plano nacional ou atenuar a importância do Estado-nação nas relações laborais (p. 104) pode resumir-se na ideia (recuperada na terceira parte do livro, pp. 154, 158) de que «problemas de escala e heterogeneidade tornam o corporativismo europeu impossível» (p. 93).

No quinto capítulo, embora menos crítico das alternativas que no anterior, o autor procede a um rico levantamento dos factores que questionam a efectividade das políticas activas do mercado de trabalho associadas ao «novo keynesianismo». Segundo Teague, é preciso um esforço maior no sentido de associar medidas activas de emprego a uma mais ampla batalha contra a exclusão social na Europa.

A terceira parte da obra discute as relações entre a integração europeia e a cida-

dania económica. Percebe-se que a intenção do autor é identificar as alternativas às alternativas que enunciou na segunda parte da obra para lidar com as pressões que incidem sobre a cidadania económica. Porém, nos dois capítulos iniciais desta parte, só a espaços se cumpre esse objetivo. Nomeadamente, no sexto capítulo, depois de recuperar a evolução da política social da União Europeia e do diálogo social europeu, propõe-se uma «política social de simbiose» entre medidas para o mercado de trabalho na União Europeia e os sistemas nacionais de relações laborais (p. 160). Porém, ao identificar os efeitos perturbadores que se colocam a essa política, o autor acaba por dar continuidade à linha argumentativa da primeira e segunda parte da obra.

Por seu lado, também no sétimo capítulo, em que são realçados os impactos negativos da União Monetária sobre a Europa Social, apenas ressalta a predisposição para aceitar um conjunto limitado de reformas pragmáticas – procurar que os Estados membros da União Europeia afetem parte do seu PIB a matérias de bem-estar; evitar os cortes salariais como forma de *dumping* social; criar uma acrescida flexibilidade fiscal na nova «zona euro» – que façam da «zona euro» algo de socialmente aceitável (p. 185) e criem condições para que a integração europeia modernize a Europa Social e a cidadania económica (p. 187). Os exemplos da introdução de um capítulo sobre o emprego no Tratado de Amsterdão ou da assinatura do Capítulo Social por parte do Governo britânico de Blair são passos positivos recentes que não podem ser descurados. Mas, como já referi, tal como no sexto capítulo, são aqui igualmente criticadas outras propostas de caminhos a seguir, parecendo confirmar-se mais os sinais de descrença na reconstrução de um modelo de cidadania económica do que sinais de confiança na sua renovação.

O oitavo capítulo inicia-se precisamente acentuando esse aspecto. No entanto, é

nele que se procura discutir com mais detalhe um novo modelo de cidadania económica. Sugestivamente intitulado «refazer a cidadania económica na Europa», este capítulo recupera de novo o argumento central da obra: a cidadania económica é atravessada por «problemas de funcionalidade económica e coerência social» (p. 189). São ensaiadas finalmente, porém, as inovações a seguir em torno de três importantes temas: a criação de uma agenda democrática para a União Europeia (visando: fechar o défice de coordenação; levar a subsidiariedade a sério; promover uma atitude de aprendizagem com algumas experiências como o Comité de Regiões, a Directiva sobre Conselhos de Empresa Europeus ou a política de emprego); uma associação entre Estado-nação e cidadania económica, já desejada no início da obra, e agora de novo reclamada, «pois as fronteiras nacionais continuam a interessar para a inclusão social e o sentimento político continua a interessar para a cidadania» (p. 200); e uma reforma institucional que passe por uma revisão das três esferas (regulação, voz e cognição) dos sistemas nacionais de relações laborais enunciadas no primeiro capítulo, porque a própria negociação colectiva deve ser olhada presentemente com outros olhos, isto é, virada para a utilização de uma linguagem mais *soft* e para a promoção das noções de parceria e de consenso (p. 207). Neste sentido, o último capítulo bem poderia ser considerado um capítulo à parte.

A terceira parte da obra confirma também o favorecimento de uma *via per mezzo* presente ao longo de vários passos concretos (cf. pp. 49-50; 101; 163; 189). Quase a terminar a obra, ao enunciar um leque de dilemas com que os governos se confrontam por toda a Europa – inclusão/exclusão, centralização/descentralização, público/privado – não estará Teague a cair no reducionismo do pensamento binário de Streeck (o autor com quem, por sinal, mais dialoga ao longo da obra, cf. 32; 34; 150; 162; 163;

197; 208; etc. ), que ele próprio denunciara no final do sexto capítulo (p. 163)? Assim sendo, a indefinição como tendência (registada sobretudo no capítulo 2) parece ceder lugar à indefinição como alternativa, ou não fossem os dilemas «o reflexo da incerteza profunda que existe sobre como gerir a complexidade dos modernos mercados de trabalho» (p. 207).

236

Outros pontos deveriam ter sido mais bem acautelados na obra. Por um lado, e ainda que não se trate de um livro teórico, ter-se-ia justificado uma melhor clarificação das expressões «relações de emprego» e «relações laborais», pois embora se perceba que as segundas são analisadas a partir das primeiras, o modo como são expostas indistintamente pode suscitar algumas dúvidas nos leitores menos atentos. Por outro lado, a própria noção de «cidadania económica» justificaria um tratamento teórico mais atento, de modo a fazer jus ao propósito da sua melhor percepção num quadro de integração europeia. Por outro lado ainda, se a intenção do autor era ir ao encontro da identificação de características comuns nas relações laborais, poderia ter

destacado, do ponto do vista da esfera laboral, um desafio que encerra um debate há muito reclamado pelos actores sindicais transnacionais, embora não concretizado: o debate sobre os padrões laborais mínimos (*labour standards*) como parte integrante dos acordos de comércio internacional.

Os sinais de indefinição patentes na obra não deverão ser vistos, porém, como uma crítica ao autor, pois são a expressão de um olhar atento ao ritmo das transformações sociais. Admitindo que a identificação de problemas é uma condição *sine qua non* para a busca de soluções ou, como refere Teague de modo mais prudente, para a criação de condições que permitam edificar soluções (p. 190; 192), esta obra é exemplar a esse respeito. Por outro lado, o modo acessível como está redigida, a sua actualidade e a particularidade de manter o leitor constantemente informado da linha argumentativa sustentada pelo autor capítulo a capítulo são elementos bastante positivos que fazem de *Economic Citizenship in the European Union* uma obra muito recomendável. ■

Hermes Augusto Costa